

Dívida pública federal cresce 4,74% em junho

Ajuste de bancos faz estoque atingir R\$ 580,8 bi

Marcello Antunes
de Brasília

A dívida pública federal, que é a soma dos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central (BC), encerrou o mês de junho com um estoque de R\$ 580,83 bilhões. Houve um crescimento de 4,74% em relação aos R\$ 554,56 bilhões de maio, correspondente a R\$ 26,27 bilhões, porque o Tesouro Nacional fez emissões equivalentes a R\$ 19,4 bilhões no âmbito do ajuste nos bancos federais. Segundo o coordenador da Dívida Pública do Tesouro (Codip), Paulo Valle, o ajuste causou um impacto no estoque da dívida, isoladamente, de 3,3%.

A diferença para os 4,74% do crescimento da dívida, conforme explicou o chefe

do Departamento do Mercado Aberto do Banco Central (Demab), Sergio Goldenstein, foi causado pela emissão líquida de R\$ 7,3 bilhões em Notas do Banco Central (NBC-E), além de um reflexo do aumento dos juros. Diferente dos outros meses, destacou Goldenstein, o dólar teve uma depreciação de 2,3% em relação ao real, porque no fim de junho o presidente do BC, Armínio Fraga, divulgou o plano de irrigação do mercado de câmbio e isto fez com que as cotações do dólar, naquela ocasião, recuassem.

Na composição do estoque da dívida pública mobiliária, Goldenstein fez questão de mostrar que a parcela de títulos cambiais cresceu de R\$ 149,1 bilhões em maio para R\$ 155,66 bilhões em junho, por causa da emissão líquida de títulos cambiais vendidos para dar proteção aos investidores e empresas com dívidas em dólar no exterior. Se cresceu em termos nominais, a parcela em termos percentuais manteve-se na casa dos 26,80% — em maio a parcela era de 26,89%, já que o dólar recuou frente ao real 2,3%.

O coordenador da dívida do Te-

souro destacou que tanto em emissões cambiais ou de títulos pós-fixados, as Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), o governo tem conseguido alongar o prazo de vencimento dos títulos. Em junho, chegou a 35,24 meses. “Em dezembro de 1999, o prazo médio da dívida era de 27,13 meses”, afirmou Valle. Segundo ele, em junho o prazo médio dos títulos ofertados caiu de 43,8 meses para 32,37 meses, porque o Tesouro não emitiu títulos com prazos entre cinco e 20 anos como vem sendo feito.

Tanto Goldenstein quanto Valle destacaram, ainda, que o governo ultrapassou com êxito os pesados vencimentos de títulos, entre R\$ 30 bilhões e R\$ 36 bilhões, no período abril a junho, e

que de agora em diante os valores serão menores. “Isto permite alongar os prazos ou fazer resgates líquidos”, disse Valle. Nos próximos meses, os vencimentos mensais cairão de R\$ 24 bilhões em agosto para R\$ 18 bilhões em setembro, o que representa um alívio na administração da política monetária. Para 2002 e 2003, segundo Valle, os vencimentos mensais vão ficar entre R\$ 5 bilhões, no mínimo, e, no máximo, R\$ 15 bilhões.

A estratégia de alongamento da dívida mobiliária, segundo o secretário do Tesouro, Fábio Barbosa, tem sido cumprida, pois a meta é reduzir de forma tranqüila e transparente o montante da dívida a vencer em períodos de 12 meses. O número ideal é de 20%. Hoje está em 31% e, em dezembro de 1999, era de 53%. Em junho, das ofertas realizadas, os bancos nacionais mantiveram a participação de 70% e os bancos internacionais de 29,6%. Os bancos nacionais só foram mais agressivos nos leilões de papéis cambiais, pois adquiriram 51,4% das ofertas e os bancos internacionais 48,5%. Em maio, os bancos internacionais haviam adquirido 70% das ofertas de câmbio.

**A parcela de títulos
cambiais cresceu de
R\$ 149,1 bilhões
em maio para
R\$ 155,66 bilhões
em junho**